



**GESTÃO MUNICIPAL DO BOLSA FAMÍLIA E MOBILIDADE  
SOCIOECONÔMICA: ANÁLISE DOS IMPACTOS EM MUNICÍPIOS  
VULNERÁVEIS NO PIAUÍ<sup>1</sup>**

**Marília Martins Alves<sup>2</sup>,  
Kátia Regina Calixto Brasil e Silvana Maria Soares Ramos<sup>3</sup>,**

**RESUMO:** O presente estudo apresenta a análise dos impactos da gestão municipal efetiva do Programa Bolsa Família-PBF na mobilidade socioeconômica de famílias beneficiárias em municípios piauienses de maior vulnerabilidade. O problema da pesquisa foi: como a gestão municipal efetiva do PBF influencia a mobilidade socioeconômica de famílias beneficiárias em municípios piauienses mais vulneráveis? O objetivo geral foi descrever esses impactos da gestão municipal efetiva do PBF na mobilidade socioeconômica de famílias beneficiárias em municípios de maior vulnerabilidade. A metodologia caracteriza-se como descritiva, bibliográfica e documental, utilizando-se da análise quantitativa dos dados estatísticos entre 2023-2025 obtidos do IBGE, IPEA e MDS. Os resultados indicaram que municípios com gestão efetiva do PBF, com melhor acompanhamento das condicionalidades, atualização do Cadastro Único e integração com políticas complementares de saúde e educação, contribuem para reduzir a pobreza e abrir oportunidades de ascensão social, evidenciando mobilidade intergeracional e intrageracional. Conclui-se que a gestão municipal efetiva do PBF, aliada a ações locais de saúde e educação, impactam positivamente no enfrentamento das desigualdades e na promoção da mobilidade socioeconômica de famílias beneficiárias em municípios de maior vulnerabilidade no Piauí.

**Palavras-Chave:** Gestão municipal; Bolsa Família; Mobilidade socioeconômica.

**ABSTRACT:** The present study presents an analysis of the impacts of the effective municipal management of the Bolsa Família Program-PBF on the socioeconomic mobility of beneficiary families in the most vulnerable municipalities of Piauí. The research problem was: how does the effective municipal management of the PBF influence the socioeconomic mobility of beneficiary families in the most vulnerable municipalities of Piauí? The general objective was to describe these impacts of the effective municipal management of the PBF on the socioeconomic mobility of beneficiary families in municipalities of greater vulnerability. The methodology is characterized as descriptive, bibliographic, and documentary, using quantitative analysis of statistical data from 2023–2025 obtained from IBGE, IPEA, and MDS. The results indicated that municipalities with effective PBF management, with improved monitoring of conditionalities, updated Cadastro Único data, and integration with complementary health and education policies, contribute to reducing poverty and creating opportunities for social advancement, demonstrating both intergenerational and intragenerational mobility. It is concluded that the effective municipal management of the PBF, combined with local health and education actions, positively impacts the fight against inequalities and the promotion of socioeconomic mobility among beneficiary families in the most vulnerable municipalities of Piauí.

**Keywords:** Municipal management; Family Grant; Socioeconomic mobility.

---

1 Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Administração da Universidade Estadual do Piauí, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, *Campus* Poeta Torquato Neto, como requisito indispensável para a obtenção do grau de Bacharel em Administração.

2 Aluna do Curso de Administração. E-mail: [mariliama@aluno.uespi.br](mailto:mariliama@aluno.uespi.br)

3 Professoras Orientadoras. E-mail: [katiaregina@ccsa.uespi.br](mailto:katiaregina@ccsa.uespi.br) , [silvanaramos@ccsa.uespi.br](mailto:silvanaramos@ccsa.uespi.br)

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado altos níveis de desigualdade na distribuição de renda e índices expressivos de pobreza, resultado de um contexto histórico marcado por profundas injustiças sociais. Um dos principais indicadores utilizados para medir a concentração de renda é o Índice de Gini, que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), apresenta um valor em torno de 0,53 no país. Esse número é alarmante, pois quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade. De acordo com o UOL (2020), um relatório internacional posiciona o Brasil como o 8º país com maior desigualdade de renda no mundo, ficando atrás apenas de nações do continente africano. Essa realidade compromete o acesso de amplas parcelas da população a condições básicas de dignidade, cidadania e desenvolvimento social.

Diante desse cenário, surge em 2003 o Programa Bolsa Família (PBF), com o objetivo de promover a inclusão social e garantir o mínimo necessário à sobrevivência de milhões de famílias em situação de vulnerabilidade. De acordo com dados do IBGE (2023), a região Nordeste concentra a maior proporção de pessoas em situação de extrema pobreza, com um índice de 9,1%, mais que o dobro da média nacional, de 4,4%. Nesse contexto, destaca-se o estado do Piauí, cujos indicadores sociais estão entre os mais baixos do país, o que torna ainda mais essencial a implementação eficaz desses programas como ferramenta estratégica para a redução das desigualdades e a promoção da justiça social, especialmente nos municípios que concentram maiores índices de vulnerabilidade social.

A gestão do PBF no Piauí ocorre de forma descentralizada, articulando os níveis federal, estadual e municipal. No âmbito federal, a coordenação geral é de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), que define as diretrizes nacionais, repassa os recursos e acompanha a execução do programa em todo o país. Em nível estadual, a Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos (SASC-PI) atua como órgão coordenador, oferecendo suporte técnico, promovendo capacitações e monitorando a atuação dos municípios.

No entanto, é no nível municipal que a efetividade do Programa Bolsa Família se concretiza, uma vez que cabe à gestão local executar etapas fundamentais, como o cadastramento das famílias, o acompanhamento das condicionalidades nas áreas de saúde e educação, além da articulação com políticas públicas complementares. Nos municípios, a execução do programa é de responsabilidade das prefeituras, por meio das secretarias

municipais de assistência social e das comissões intersetoriais. Essa estrutura de gestão descentralizada está prevista na Lei nº 10.836/2004 e no Decreto nº 5.209/2004, que regulamenta a operacionalização do programa em todo o território nacional. Sem essa atuação municipal, o governo federal não consegue identificar com precisão as famílias elegíveis ao benefício, nem assegurar que os recursos cheguem de forma adequada à população mais vulnerável.

Além disso, os municípios possuem maior proximidade com a realidade social de suas comunidades, o que lhes permite agir com mais rapidez e sensibilidade diante de situações de extrema pobreza, exclusão social ou emergências locais, explicando e solicitando as devidas ações dos outros níveis. Por isso, é fundamental destacar que a articulação entre os três níveis de governo é indispensável, pois a atuação municipal não apenas assegura a execução técnica do programa, mas também fortalece sua efetividade e promove a cidadania de forma mais concreta.

Compreender como a gestão municipal do Bolsa Família influencia os resultados socioeconômicos das famílias beneficiárias é essencial para aprimorar o impacto do programa. Embora o PBF tenha contribuído para a redução da pobreza em diversos contextos, nem sempre os efeitos são uniformes, o que sugere que fatores locais, como a qualidade da gestão, podem desempenhar um papel determinante na mobilidade socioeconômica dos beneficiários. Assim, avaliar essa dinâmica nos municípios mais vulneráveis do Piauí permite lançar luz sobre os desafios e potenciais dessa política pública. Diante disso, esta pesquisa busca responder à seguinte pergunta: Como a gestão municipal do Programa Bolsa Família influencia a mobilidade socioeconômica das famílias nos municípios mais vulneráveis do Piauí?

O objetivo geral deste trabalho foi descrever o impacto da gestão do Programa Bolsa Família na mobilidade socioeconômica das famílias beneficiárias nos municípios piauienses com maior vulnerabilidade social. Para atingir esse propósito, foram definidos os seguintes objetivos específicos: identificar os principais mecanismos de gestão do programa Bolsa Família nos municípios, buscando compreender como cada município tem estruturado sua gestão; descrever os indicadores de mobilidade socioeconômica das famílias beneficiárias nos municípios, considerando aspectos como a vulnerabilidade social e o desenvolvimento humano dos municípios, e discutir a relação entre a gestão do Bolsa Família e a mobilidade socioeconômica nos municípios, compreendendo como a administração do PBF influencia mudanças na condição de vida das famílias atendidas.

A metodologia adotada é de natureza descritiva, bibliográfica e documental, fundamentando-se na análise quantitativa de dados estatísticos referentes ao período de 2023 a

2025, obtidos do IBGE, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e MDS, com o objetivo de responder ao problema de pesquisa. O estudo foi realizado nos municípios do estado do Piauí que apresentam os piores indicadores de desenvolvimento social, selecionados com base no Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Cadastro Único (IVCAD, 2025) e no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

A pesquisa apresenta uma revisão da literatura e fundamentos teóricos relacionados ao PBF, destacando sua importância e os fatores que influenciam sua efetividade. Em seguida, são detalhados os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa, incluindo a definição do universo e da amostra, bem como os critérios de análise. A seguir, os resultados obtidos são apresentados na seção de análise e discussão, onde são estabelecidas as relações entre a gestão municipal do programa e a mobilidade socioeconômica das famílias beneficiárias nos municípios mais vulneráveis do Piauí. Por fim, o texto conclui com considerações finais que refletem sobre os impactos da gestão do PBF, destacando as ações que podem promover melhorias na redução das desigualdades sociais e na promoção do desenvolvimento humano local.

A relevância deste estudo está em contribuir para o entendimento da efetividade da gestão pública municipal em programas sociais de grande escala, oferecendo subsídios para o aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades regionais. Ao relacionar a administração municipal do Bolsa Família aos efeitos concretos na vida dos beneficiários, esta pesquisa também pretende fortalecer a capacidade dos gestores locais em promover mudanças sociais estruturais a partir de políticas de transferência de renda.

## **2 GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

### **2.1 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

A desigualdade socioeconômica no Brasil é fruto de um processo histórico profundamente marcado por estruturas econômicas e sociais excludentes. Desde o período colonial, a escravidão, a concentração fundiária e o clientelismo político moldaram um padrão de desenvolvimento que favoreceu as elites agrárias, enquanto grande parte da população permaneceu à margem do acesso à cidadania e aos direitos básicos. Conforme destaca o economista Celso Furtado (2007), a formação econômica do país consolidou disparidades estruturais entre as regiões, perpetuando um modelo de crescimento que, embora dinâmico em certos setores, mostrou-se incapaz de promover a redução efetiva das desigualdades sociais.

Com o avanço para o século XX, a industrialização e a urbanização ocorreram de forma desigual e desarticulada, o que ampliou as disparidades entre ricos e pobres. Nesse processo, Sérgio Buarque de Holanda (2004) observa que o patrimonialismo e as práticas clientelistas moldaram um Estado que historicamente dificultou a construção de políticas sociais universais e equitativas. Assim, até a Constituição de 1988, as iniciativas de proteção social foram fragmentadas e de caráter assistencialista, com alcance restrito. Somente com a consolidação da Seguridade Social, integrando saúde, previdência e assistência social, o Brasil passou a contar com uma base institucional mais consistente para enfrentar suas desigualdades históricas.

Para compreender a dimensão da desigualdade no país, utilizam-se instrumentos de mensuração. O Índice de Gini, por exemplo, mede a concentração de renda e varia entre 0 e 1: quanto mais próximo de 0, maior a igualdade. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, realizada pelo IBGE em 2023, o índice brasileiro permanece em torno de 0,52, um dos mais altos do mundo. Outro parâmetro relevante é o Índice de Vulnerabilidade Social –IVS, elaborado pelo IPEA, que combina informações de infraestrutura urbana, capital, renda e trabalho, permitindo identificar territórios em que a população se encontra mais exposta a privações e restrições de oportunidades.

Ademais, a pobreza também pode ser mensurada pelas linhas de pobreza e extrema pobreza. Em 2020, o Banco Mundial definiu como extrema pobreza a condição em que as pessoas recebem até US\$ 2,15 por dia, cerca de R\$ 11. No entanto, esses valores são ajustados periodicamente, e, dessa forma, atualmente, o Governo Federal considera em extrema pobreza famílias com renda per capita mensal de até R\$ 218,00. Outro índice relevante para esse estudo é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que tem relação direta com a desigualdade, pois evidências como a pobreza e a falta de acesso a serviços afetam desproporcionalmente a população. Dessa forma, a análise conjunta desses indicadores mostra não apenas a gravidade da desigualdade brasileira, mas também a urgência de políticas públicas voltadas às populações mais vulneráveis.

O estudo dessa desigualdade brasileira revela que, embora avanços tenham ocorrido, ela permanece como um dos principais desafios nacionais, e é então que políticas sociais de transferência de renda assumem centralidade, especialmente em regiões historicamente marcadas pela pobreza, como o Nordeste. Na perspectiva do território brasileiro, os espaços nos quais as terras permanecem mais concentradas são aqueles do Nordeste, nos quais diminuiu a relevância das lavouras tradicionais. Será essa dinâmica, impulsionada a partir dos anos 1930

pela industrialização, que alimentará não apenas as desigualdades sociais que se perpetuam no país, mas também as disparidades inter-regionais (Furtado, 1977, p. 237-238).

O enfrentamento da pobreza no Brasil passou por um processo de amadurecimento institucional. Maria Ozanira da Silva e Silva (2014), em seu artigo “O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferências de renda no Brasil”, mostra que experiências pioneiras surgiram ainda na década de 1990, em âmbito municipal, como o Bolsa Escola em Brasília, Fome Zero em Guaribas e programas semelhantes em Campinas, Ribeirão Preto e Santos. Essas iniciativas foram importantes laboratórios de políticas sociais, ao testarem a transferência direta de renda como instrumento de proteção social.

A partir dessas experiências locais, abriu-se caminho para uma política mais ampla. No início dos anos 2000, o governo federal passou a unificar programas fragmentados, culminando na criação do PBF em 2003. Essa transição representou uma mudança de paradigma: de ações pontuais e descentralizadas para uma política pública nacional unificada, coordenada e com maior alcance. Segundo Silva e Silva (2014), o PBF consolidou a transferência de renda como componente central do Sistema de Proteção Social brasileiro, garantindo uma resposta mais estruturada e abrangente à pobreza.

O programa é articulado em três dimensões que contribuem para a superação do ciclo da pobreza: a primeira e mais conhecida pela população é a transferência direta de renda, que promove o alívio imediato, oferecendo uma quantia que varia de acordo com a situação atual do usuário; a segunda dimensão são as condicionalidades, que envolvem acesso aos direitos de educação, saúde e assistência social; e a terceira dimensão são as ações complementares, uma vez que somente o PBF não é capaz de quebrar o ciclo da pobreza, portanto, outras medidas são iniciadas para gerar oportunidades de emancipação e autonomia dos beneficiários.

O acesso ao Programa Bolsa Família é condicionado ao cumprimento de critérios definidos pela legislação. O primeiro critério é a inclusão da família no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), que funciona como a principal ferramenta de identificação e caracterização das famílias de baixa renda no país. Esse cadastro serve como porta de entrada para os programas sociais do governo, permitindo o mapeamento das condições socioeconômicas das famílias e o direcionamento adequado dos benefícios.

O segundo critério refere-se à renda familiar per capita, que deve ser igual ou inferior ao limite estabelecido de R\$ 218,00 mensais por pessoa. Esse parâmetro foi definido pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, posteriormente convertida na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que instituiu o Programa Bolsa Família e regulamentou seus mecanismos de elegibilidade e gestão. Esses critérios seguem as diretrizes estabelecidas pela

Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que orienta a política pública de assistência social no Brasil, assegurando que os benefícios sejam destinados prioritariamente às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social.

Além disso, o programa se diferencia por exigir o cumprimento de condicionalidades para a permanência das famílias beneficiárias, as quais estão relacionadas às áreas da saúde e da educação, como a manutenção da frequência escolar das crianças e adolescentes (exigindo a frequência escolar mínima de 60% para crianças de 4 a 5 anos e de 75% para estudantes de 6 a 18 anos), manter o calendário nacional de vacinação atualizado para crianças menores de 7 anos, além de garantir a realização do pré-natal para gestantes e o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, bem como o acompanhamento socioassistencial de famílias em situação de maior vulnerabilidade. Essas exigências não têm apenas caráter de controle, mas buscam promover o desenvolvimento do capital humano e romper o ciclo intergeracional da pobreza.

De acordo com Amartya Sen (2000), a pobreza não se limita à falta de renda, mas à privação de capacidades fundamentais, como acesso à saúde e educação. De forma complementar, o Banco Mundial (2013) ressalta que programas condicionados podem gerar efeitos de longo prazo ao ampliar as oportunidades para as gerações futuras, o que só ratifica a importância dessas condicionantes.

O PBF não apenas consolidou a transferência de renda como uma política pública de alcance nacional, mas também evidenciou a relevância da gestão municipal para a efetividade de seus resultados. Essa dimensão é essencial para compreender o impacto do programa no combate à pobreza e, principalmente, na promoção da mobilidade socioeconômica das famílias beneficiárias. De acordo com o estudo “Eficiência na Gestão Municipal no Brasil”, elaborado por Ronaldo Seroa da Motta e Ajax Moreira, divulgado pelo IPEA (2007), a eficácia das políticas sociais está diretamente relacionada à capacidade administrativa local, que envolve a estrutura organizacional, a gestão dos recursos e o nível de coordenação entre as áreas envolvidas. Assim, os autores demonstram que municípios com gestões mais estruturadas e eficientes tendem a alcançar melhores resultados na implementação de programas sociais, como o Bolsa Família.

De acordo com o MDS, 2023, a implementação do PBF requer uma gestão eficiente e integrada, que envolva: (1) a identificação e seleção das famílias, garantindo que o benefício alcance os mais vulneráveis; (2) o acompanhamento das condicionalidades, especialmente nas áreas de saúde e educação; (3) a articulação intersetorial e a oferta de ações complementares; e

(4) a gestão e monitoramento da execução, incluindo o fortalecimento das equipes municipais e o incentivo à transparência e ao controle social.

### **2.1.1 Gestão Municipal do PBF**

A gestão descentralizada do Programa Bolsa Família faz parte do contexto da estrutura federativa brasileira, em que a execução de políticas sociais é compartilhada entre União, estados e municípios. Enquanto ao governo federal cabe o financiamento, a definição das normas gerais e a coordenação nacional, os estados atuam no apoio técnico e no fortalecimento da capacidade administrativa local. Já os municípios assumem papel central, sendo responsáveis pela operacionalização direta do programa, especialmente no que se refere ao cadastro das famílias, ao acompanhamento das condicionalidades e à articulação intersetorial com saúde, educação e assistência social.

Nesse sentido, a gestão municipal é um dos pilares para a efetividade do programa, uma vez que cabe aos gestores locais garantir a atualização do Cadastro Único, monitorar o cumprimento das condicionalidades e promover a integração entre diferentes setores de políticas públicas. Apesar dos avanços, a gestão municipal enfrenta desafios significativos, como as limitações institucionais, a escassez de recursos financeiros e humanos, além da fragilidade das estruturas administrativas em muitos municípios, o que compromete a eficiência do programa. A Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, ao redefinir as atribuições e aprimorar as condicionalidades do Bolsa Família, trouxe maior clareza ao papel da gestão pública na implementação dos programas sociais, reforçando a importância da descentralização acompanhada de mecanismos de monitoramento e avaliação.

Assim, a capacidade administrativa local, associada ao monitoramento contínuo e à articulação intersetorial, mostra-se essencial para que os resultados do programa não apenas atinjam indicadores nacionais, mas também reflitam melhorias concretas no nível local e quebrem o ciclo da pobreza. Esse aspecto é particularmente relevante em contextos de alta vulnerabilidade social, nos quais a gestão municipal precisa superar barreiras históricas, estruturais e até mesmo regionais para garantir o acesso efetivo das famílias a direitos básicos e a oportunidades de mobilidade socioeconômica.

## **2.2 MOBILIDADE SOCIOECONÔMICA**



Sorokin (1927), sociólogo e ativista político americano nascido na Rússia, introduziu pela primeira vez o conceito de mobilidade social em seu livro “Mobilidade Social e Cultural”, no qual afirma que não existe sociedade completamente aberta (como o sistema de classes) nem sociedade completamente fechada (como o sistema de castas na Índia). Desse modo, as sociedades hodiernas possibilitam aos indivíduos ou grupos mudarem sua posição na estrutura social ao longo do tempo, seja em termos de renda, escolaridade, ocupação ou acesso a serviços.

A mobilidade social pode ser classificada em diferentes categorias, cada uma com características específicas que ajudam a compreender as dinâmicas sociais de um grupo ou nação. A mobilidade socioeconômica, por sua vez, trata-se de um tipo específico de mobilidade social, focada nas condições econômicas e sociais do indivíduo ou grupo, especialmente renda, ocupação e nível de educação, e expressa a possibilidade de ascensão ou descenso social, revelando o dinamismo de uma sociedade na redução ou reprodução das desigualdades.

Conceitualmente, a mobilidade socioeconômica pode ser dividida em duas categorias principais: intergeracional e intrageracional. A primeira refere-se às mudanças de posição socioeconômica entre diferentes gerações de uma mesma família, como quando os filhos alcançam níveis de escolaridade e renda superiores aos de seus pais. Já a segunda diz respeito às transformações ocorridas ao longo da vida de um mesmo indivíduo, como a melhoria salarial, a ascensão profissional ou a mudança para uma ocupação mais qualificada. De acordo com Scalón (1999), compreender essas duas dimensões é essencial para analisar os mecanismos de reprodução e de superação das desigualdades sociais, uma vez que revelam tanto a persistência quanto as possibilidades de mobilidade dentro da estrutura social brasileira.

A análise da mobilidade socioeconômica exige a utilização de indicadores específicos, entre os quais se destacam a renda, a escolarização e o acesso a serviços básicos, como saúde e educação, serviços esses que estão associados ao PBF. A renda é tradicionalmente vista como medida de bem-estar, refletindo tanto o poder de consumo imediato quanto a capacidade de investimento em melhores condições de vida. A escolarização, por sua vez, é considerada uma das principais ferramentas da mobilidade, uma vez que amplia as chances de inserção qualificada no mercado de trabalho e produz efeitos intergeracionais. Já o acesso a serviços essenciais constitui fator estruturante para assegurar condições mínimas de desenvolvimento humano.

Na obra *Mobilidade Social no Brasil: padrões e tendências*, Scalón (1999) identifica três teses centrais sobre a mobilidade social no Brasil. A primeira é a da persistência das desigualdades sociais, segundo a qual as origens socioeconômicas continuam exercendo forte influência sobre as trajetórias individuais, limitando as possibilidades de ascensão dos grupos

com menor renda e escolaridade. A segunda tese aponta para as mudanças nas tendências de mobilidade ao longo do tempo, indicando que, embora tenham ocorrido avanços nas oportunidades de ascensão social nas últimas décadas, essas transformações ainda são restritas e insuficientes para reduzir as profundas disparidades estruturais do país. Por fim, a autora destaca o impacto dos fatores estruturais e políticos, ressaltando que elementos como as políticas públicas, o crescimento econômico, a educação de qualidade e a distribuição de renda desempenham papel fundamental na configuração das oportunidades de mobilidade social.

A tese de que fatores estruturais e políticos influenciam a mobilidade social reforça a importância de uma gestão pública eficiente na condução de programas sociais, como o Bolsa Família. Uma gestão municipal bem estruturada potencializa o alcance do programa, assegurando que os beneficiários tenham acesso a serviços e recursos capazes de promover sua inclusão social e econômica. Nesse sentido, a persistência das desigualdades sociais evidencia que, sem políticas de gestão integradas e eficazes, a mobilidade social tende a permanecer restrita. Assim, uma gestão qualificada do Bolsa Família pode contribuir para romper parte dessas barreiras históricas, promovendo mudanças significativas nas trajetórias das famílias em situação de vulnerabilidade.

Por fim, as mudanças nas tendências de mobilidade observadas ao longo do tempo sugerem que o aprimoramento da gestão de programas sociais pode ser um fator determinante para ampliar as oportunidades de ascensão, especialmente quando articulado a políticas públicas complementares voltadas para a educação, o emprego e a inclusão social.

Essa reflexão dialoga diretamente com a hipótese central desta pesquisa, segundo a qual municípios com gestão mais estruturada do Programa Bolsa Família tendem a apresentar maior mobilidade socioeconômica entre seus beneficiários. Isso porque a capacidade administrativa local, aliada à eficiência na execução e no acompanhamento das condicionalidades, pode potencializar o papel transformador do programa, convertendo a transferência de renda em um verdadeiro instrumento de desenvolvimento social.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A metodologia desta pesquisa constitui uma etapa essencial, pois é por meio dela que o percurso é delineado para responder ao problema de pesquisa e alcançar os objetivos propostos. De acordo com Lakatos e Marconi (2017), “o conhecimento científico é transmitido por intermédio de treinamento apropriado, sendo um conhecimento obtido de modo racional, conduzido por meio de procedimentos científicos. Visa explicar por que e como os fenômenos

ocorrem, na tentativa de evidenciar os fatos que estão correlacionados, numa visão mais globalizante do que a relacionada com um simples fato” (p. 85). Essa perspectiva reforça a importância de uma estrutura metodológica sólida, capaz de assegurar rigor, coerência e validade ao estudo.

### **3.1 TIPO E ABORDAGEM DA PESQUISA**

A pesquisa é classificada, quanto à finalidade, como aplicada, por buscar compreender um fenômeno concreto, a gestão do PBF, e gerar subsídios para o aprimoramento das políticas públicas. Quanto aos objetivos, apresenta caráter descritivo, uma vez que descreve os mecanismos de gestão e os indicadores de mobilidade socioeconômica, ao mesmo tempo em que investiga as relações entre esses elementos.

Segundo Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como propósito “descrever as características de determinadas populações ou fenômenos, utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionários e observação sistemática” (p. 42)

A metodologia caracteriza-se como descritiva, documental e bibliográfica, pois utiliza dados numéricos e indicadores estatísticos para medir e comparar o grau de vulnerabilidade socioeconômica entre os municípios analisados. Conforme destaca Vergara (2005), uma investigação documental é aquela realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, já a pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral.

### **3.2 UNIVERSO E AMOSTRA**

O universo da pesquisa corresponde aos municípios do estado do Piauí contemplados pelo PBF. Para a definição da amostra, adotou-se uma amostragem não probabilística por critério, uma vez que os elementos da amostra foram escolhidos intencionalmente com base em parâmetros objetivos de vulnerabilidade socioeconômica.

Foi utilizado um critério composto, que consistiu em somar os valores do Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Cadastro Único (IVCAD) e do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de cada município. Partiu-se do princípio de que, quanto menor o resultado dessa soma, maior o grau de vulnerabilidade socioeconômica. Assim, os municípios com menores valores foram considerados os mais vulneráveis. Essa combinação permite

observar, de forma integrada, como as limitações de desenvolvimento humano se articulam com as condições de vulnerabilidade das famílias, especialmente em regiões de baixo dinamismo econômico.

A escolha desse tipo de amostragem se justifica pelo fato de que o interesse central da pesquisa recai sobre os contextos de maior vulnerabilidade social, nos quais a gestão municipal do PBF tende a desempenhar papel ainda mais decisivo para a mobilidade socioeconômica das famílias beneficiárias. Desse modo, selecionar os municípios com piores indicadores sociais permite construir um recorte analítico coerente com o objetivo do estudo, constituindo casos representativos da realidade que se pretende compreender.

Com base no cálculo descrito, os cinco municípios selecionados para análise foram: Jurema (0,867); Guaribas (0,834); Sebastião Barros (0,841); Pedro Laurentino (0,857); e Campo Largo do Piauí (0,838). Esses municípios constituem o campo empírico da pesquisa, possibilitando uma análise aprofundada sobre como a gestão municipal do PBF atua em contextos de maior vulnerabilidade social.

### **3.3 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS**

Para a coleta de dados, foram utilizados dados secundários provenientes de fontes oficiais entre os anos de 2023-2025, tais como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE; Cadastro Único-CadÚnico; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (SAGI/MDS); relatórios públicos e bases de dados do PNUD Brasil, IPEA e FJP.

O IVCAD foi obtido no Observatório do Cadastro Único (2025), que mede o grau de vulnerabilidade das famílias inscritas a partir de seis dimensões sociais, compostas por 40 indicadores relacionados à renda, educação, moradia e inserção produtiva. O IDHM, por sua vez, foi obtido no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD, IPEA e FJP), que avalia o desenvolvimento dos municípios brasileiros com base em três dimensões fundamentais: renda, educação e longevidade.

Os dados foram tratados por meio de técnicas estatísticas descritivas, permitindo a comparação entre os municípios selecionados a partir dos indicadores socioeconômicos e a compreensão da relação entre a gestão do PBF e vulnerabilidade local. A análise quantitativa foi complementada por interpretações analíticas, de modo a contextualizar os resultados e apoiar a discussão dos achados em relação ao referencial teórico.

### **3.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA**

Toda pesquisa científica apresenta limitações que precisam ser reconhecidas para assegurar a transparência e a credibilidade dos resultados. No caso deste estudo, as limitações referem-se à disponibilidade e atualização das bases de dados secundárias utilizadas, além de outra limitação relacionada à abordagem exclusivamente quantitativa, que, embora permita mensurar e comparar de forma objetiva os níveis de vulnerabilidade e desenvolvimento, não capta integralmente aspectos subjetivos e qualitativos da gestão local do PBF, como práticas de governança, articulações intersetoriais e percepções dos beneficiários.

Ademais, a seleção de apenas cinco municípios, embora metodologicamente justificada pela análise de casos representativos, restringe a generalização dos resultados para o conjunto dos municípios piauienses. Reconhecer essas limitações, contudo, não compromete a relevância e a validade do estudo, mas indica oportunidades para pesquisas futuras, especialmente com abordagens mistas e com amostras mais amplas, capazes de aprofundar a compreensão sobre os impactos da gestão municipal do PBF na mobilidade socioeconômica das famílias beneficiárias.

## **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A análise e discussão dos resultados são organizadas em três eixos principais, correspondendo aos objetivos específicos da pesquisa: (1) identificar os principais mecanismos de gestão do programa Bolsa Família nos municípios; (2) descrever os indicadores de mobilidade socioeconômica das famílias beneficiárias; e (3) relacionar a gestão municipal do programa à mobilidade socioeconômica observada.

### **4.1 MECANISMOS DE GESTÃO DO PBF NOS MUNICÍPIOS MAIS VULNERÁVEIS DO PIAUÍ**

Este eixo busca identificar e analisar os principais mecanismos de gestão do PBF implementados nos cinco municípios mais vulneráveis do Estado do Piauí: Jurema, Guaribas, Campo Largo do Piauí, Sebastião Barros e Pedro Laurentino. A análise baseia-se em dados do Cadastro Único (2025), relatórios do MDS (2025) e informações sobre o Índice de Gestão Descentralizada (IGD – M, 2025), índice este que mede mensalmente os resultados alcançados pela gestão municipal ou estadual nas atividades relacionadas ao programa e ao Cadastro Único.

O objetivo foi compreender como cada município tem estruturado sua gestão, considerando as quatro etapas operacionais do PBF: (1) identificação e seleção das famílias; (2) acompanhamento das condicionalidades; (3) articulação intersetorial e ações complementares; e (4) gestão e monitoramento da execução.

A tabela a seguir apresenta os dados referentes à taxa de atualização de cada município no Cadastro Único, visando demonstrar o comprometimento dos municípios em relação à etapa de número um; a taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação reflete a gestão sob a etapa operacional de número dois; o IGD-M traz luz sobre as etapas 3 e 4, visto que, quanto mais se desenvolvem ações integradas do programa e do cadastro, mais estados e municípios alcançam IGD-M elevado e, quanto mais próximos de 1, maior é o valor do incentivo.

**Tabela 1** – Desempenho municipal na gestão do Bolsa Família segundo atualização cadastral, condicionalidades e IGD-M

<b>Município</b>	<b>Taxa de atualização do CadÚnico</b>	<b>Acompanhamento — Saúde</b>	<b>Acompanhamento — Educação</b>	<b>IGD-M</b>
<b>Jurema</b>	<b>84,58%</b>	<b>91,34%</b>	<b>97,80%</b>	<b>0,94</b>
<b>Guaribas</b>	<b>93,91%</b>	<b>61,7%</b>	<b>87,3%</b>	<b>0,90</b>
<b>Sebastião Barros</b>	<b>87,05%</b>	<b>55,51%</b>	<b>87,60%</b>	<b>0,86</b>
<b>Pedro Laurentino</b>	<b>91,49%</b>	<b>61,16%</b>	<b>93,3%</b>	<b>0,94</b>
<b>Campo Largo do Piauí</b>	<b>92,53%</b>	<b>69,48%</b>	<b>98,96%</b>	<b>0,94</b>

Fonte: Elaboração própria (2025).

A Tabela apresenta um comparativo do desempenho dos cinco municípios analisados, revelando níveis consistentes de eficiência administrativa na execução do Programa Bolsa Família. Todos os municípios mantêm taxas de atualização cadastral acima de 84%, o que demonstra boa capacidade de identificação e acompanhamento das famílias beneficiárias. Os melhores resultados são observados em Guaribas (93,91%), Pedro Laurentino (91,49%) e Campo Largo do Piauí (92,53%), refletindo gestões organizadas na manutenção do Cadastro Único.

Em relação às condicionalidades de saúde e educação, verifica-se destaque para Jurema (91,34%) e Campo Largo do Piauí (98,96%), com acompanhamento quase universal na área

educacional. Em contrapartida, Sebastião Barros apresenta a menor cobertura de saúde (55,51%) e Guaribas apresenta a menor cobertura de educação, o que sugere desafios na capacidade de gestão local e na articulação intersetorial entre as secretarias municipais de assistência social, saúde e educação.

O IGD-M reforça o bom desempenho dos municípios de Jurema, Pedro Laurentino e Campo Largo do Piauí, que alcançaram o valor de 0,94, considerado de excelência. Esse resultado evidencia a qualidade da gestão descentralizada e a eficiência na execução das atividades operacionais do Programa Bolsa Família. É importante destacar que, para o cálculo do IGD-M, são considerados diversos aspectos além das taxas de atualização cadastral e de acompanhamento das condicionalidades. O índice também incorpora critérios como a adesão ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a prestação de contas pelos Fundos Municipais de Assistência Social e o parecer emitido pelos Conselhos de Assistência Social sobre a utilização dos recursos destinados à gestão do programa.

De modo geral, os resultados apontam que os municípios com maior integração entre as áreas sociais alcançam melhores resultados na implementação e na gestão do programa. As práticas de gestão participativa e o monitoramento contínuo das condicionalidades contribuem para a efetividade do programa e fortalecem sua função social de combate à pobreza e promoção da mobilidade socioeconômica.

## **4.2 INDICADORES DE MOBILIDADE SOCIOECONÔMICA DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS**

O segundo eixo é analisado com base na segunda tabela, que apresenta dois índices fundamentais para a compreensão da mobilidade socioeconômica nos cinco municípios analisados nesta pesquisa: o Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Cadastro Único (IVCAD) e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). O primeiro é elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, por meio de dados do MDS (2025).

Esse índice mede, por meio da média de seis dimensões: Necessidade de Cuidados (NC), Desenvolvimento na Primeira Infância (DPI), Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes (DCA), Trabalho e Qualificação de Adultos (TQA), Disponibilidade de Recursos (DR) e Condições Habitacionais (CH), o nível de vulnerabilidade social das famílias em cada município. Quanto mais próximo de 1, maior é a vulnerabilidade social do município. A média nacional desse índice é de 0,287, servindo como parâmetro para comparação.

Cada dimensão do IVCAD evidencia um aspecto distinto da vulnerabilidade social. A NC identifica famílias que possuem grupos mais vulneráveis, como crianças, pessoas com deficiência e idosos, e avalia sua capacidade de prover cuidados adequados. A DPI indica a vulnerabilidade de crianças de 0 a 6 anos quanto ao acesso à educação infantil e à convivência familiar. A DCA reflete situações de trabalho infantil, dificuldades de acesso à escola e atraso escolar entre crianças e adolescentes. A dimensão TQA analisa a escolaridade, qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho dos adultos. A DR avalia a capacidade das famílias de gerar recursos financeiros, enquanto a CH observa as condições de moradia, como déficit habitacional e acesso a serviços básicos.

O segundo indicador utilizado é o IDHM, ferramenta essencial para esta pesquisa por refletir, de maneira abrangente, o nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios. Esse índice permite uma análise detalhada das condições de vida da população, ao considerar três dimensões fundamentais: renda, educação e longevidade. Para a composição do IDHM utilizado neste estudo, foram considerados os dados disponibilizados pelo IBGE.

**Tabela 2** – Indicadores completos do IVCAD e do IDHM nos municípios selecionados do Piauí

Indicadores	Jurema	Guaribas	Sebastião Barros	Pedro Laurentino	Campo Largo do Piauí
Necessidade de Cuidados	0,266	0,321	0,315	0,272	0,299
Desenvolvimento na Primeira Infância	0,054	0,098	0,070	0,068	0,050
Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes	0,050	0,049	0,047	0,090	0,064
Trabalho e Qualificação de Adultos	0,691	0,762	0,641	0,637	0,668
Desenvolvimento de Renda	0,514	0,532	0,418	0,490	0,497
Condições Habitacionais	0,297	0,194	0,339	0,209	0,284
Índice de Vulnerabilidade das Famílias	0,312	0,326	0,305	0,295	0,310
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,555	0,508	0,536	0,562	0,528



Fonte: Elaboração própria (2025).

Ao analisar os dados da tabela, observa-se que todos os municípios da amostra apresentam médias do IVCAD superiores à média nacional, evidenciando a situação de maior vulnerabilidade social. Guaribas se destaca com o maior índice médio (0,326), refletindo fragilidades mais acentuadas, principalmente nas dimensões relacionadas ao trabalho e à geração de renda ( $TQA = 0,762$  e  $DR = 0,532$ ). Em contrapartida, Pedro Laurentino apresenta o menor índice médio (0,295), o que sugere melhores condições relativas de qualificação profissional, recursos e moradia em comparação aos demais.

Em Jurema, o índice médio de 0,312 indica vulnerabilidade ainda elevada, embora um pouco inferior à de Guaribas. Os maiores desafios do município concentram-se nas dimensões de trabalho e qualificação ( $TQA = 0,691$ ) e na disponibilidade de recursos ( $DR = 0,514$ ), fatores que impactam diretamente as oportunidades de inserção produtiva das famílias. Já Sebastião Barros, com IVCAD médio de 0,305, apresenta vulnerabilidade considerável, principalmente em condições habitacionais ( $CH = 0,339$ ) e trabalho ( $TQA = 0,641$ ). Campo Largo do Piauí, por sua vez, registra IVCAD médio de 0,310, com destaque para limitações em trabalho e qualificação ( $TQA = 0,668$ ) e acesso a recursos ( $DR = 0,497$ ).

O segundo indicador, o IDHM, fornece uma visão complementar, avaliando o nível de desenvolvimento socioeconômico ao considerar as dimensões de renda, educação e longevidade. Observa-se que Pedro Laurentino (0,562) e Jurema (0,555) apresentam os melhores desempenhos entre os cinco municípios, enquanto Guaribas possui o menor índice (0,508), reforçando sua posição como o mais vulnerável do grupo.

A análise conjunta do IVCAD e do IDHM evidencia que os municípios com maiores índices de vulnerabilidade, como Guaribas e Campo Largo do Piauí, também são aqueles com os menores IDHM, indicando que limitações no acesso a trabalho, renda, educação e moradia repercutem diretamente na qualidade de vida e na mobilidade socioeconômica das famílias. Esse cenário reforça a importância de uma gestão municipal mais eficiente e integrada do Programa Bolsa Família, capaz de articular políticas complementares de inclusão produtiva, educação, saúde e assistência social.

#### **4.3 A RELAÇÃO ENTRE GESTÃO MUNICIPAL DO PBF E MOBILIDADE SOCIOECONÔMICA**

O terceiro eixo busca examinar a relação entre a gestão municipal eficiente do Bolsa Família e a mobilidade socioeconômica observada nos municípios da pesquisa. A hipótese central é que municípios com melhor gestão, caracterizada por planejamento, monitoramento e articulação intersetorial, apresentam melhores resultados em termos de mobilidade socioeconômica para as famílias beneficiárias.

A análise integrada dos dados apresentados nos eixos anteriores permite compreender, de forma mais ampla, como a qualidade da gestão municipal do Programa Bolsa Família influencia diretamente os níveis de mobilidade socioeconômica das famílias beneficiárias nos municípios mais vulneráveis do Piauí. Observa-se que a eficiência administrativa e a integração intersetorial entre as áreas de assistência social, saúde e educação desempenham papel central na ampliação dos resultados do programa.

Municípios como Campo Largo do Piauí, Jurema e Pedro Laurentino, que apresentam elevados índices de atualização do Cadastro Único, altos níveis de acompanhamento das condicionalidades e excelentes pontuações no IGD-M (0,94), também registram melhores indicadores de desenvolvimento humano e menores índices de vulnerabilidade social. Isso evidencia que uma gestão descentralizada eficaz, pautada no monitoramento contínuo e na participação social, é capaz de potencializar os impactos positivos do programa na redução da pobreza e na promoção da inclusão social.

Por outro lado, os municípios de Guaribas e Sebastião Barros, embora apresentem níveis satisfatórios de gestão em alguns aspectos, demonstram limitações mais expressivas em áreas estratégicas, como o acompanhamento das condicionalidades de saúde e a articulação entre as políticas setoriais. Essas fragilidades se refletem em maiores índices de vulnerabilidade (IVCAD) e menores níveis de desenvolvimento humano (IDHM), sugerindo que a ausência de uma gestão integrada e participativa compromete a efetividade do programa na transformação das condições socioeconômicas das famílias. Assim, verifica-se uma relação direta entre o desempenho da gestão municipal e o alcance da mobilidade socioeconômica, uma vez que gestões mais estruturadas tendem a promover maior acesso a serviços, ampliar oportunidades e reduzir as desigualdades locais.

Dessa forma, constata-se que o PBF, quando articulado a uma gestão municipal qualificada e intersetorial, transcende seu caráter assistencial, consolidando-se como um instrumento estratégico de desenvolvimento social e humano. Os resultados demonstram que a capacidade técnica e administrativa das gestões locais é um fator determinante para que o programa alcance sua finalidade de romper ciclos de pobreza e estimular trajetórias de ascensão social entre as famílias mais vulneráveis. A efetividade da política pública, portanto, depende

não apenas da transferência de renda, mas da integração entre as ações de gestão, acompanhamento e inclusão produtiva, capazes de transformar a assistência em oportunidade e gerar avanços concretos na mobilidade socioeconômica.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise desenvolvida neste estudo evidenciou que a gestão municipal do PBF desempenha papel decisivo na efetividade das políticas de transferência de renda e na promoção da mobilidade socioeconômica das famílias em situação de vulnerabilidade. Partindo do princípio de que a eficiência administrativa local está diretamente relacionada aos resultados alcançados pelo programa, constatou-se que a capacidade de gestão, expressa por indicadores como o IGD-M, a atualização do Cadastro Único e o acompanhamento das condicionalidades, é determinante para a redução das desigualdades sociais nos municípios piauienses analisados.

Os resultados obtidos confirmam que municípios com gestões mais estruturadas, como Campo Largo do Piauí, Jurema e Pedro Laurentino, apresentaram melhor desempenho tanto na execução das etapas operacionais do programa quanto nos indicadores socioeconômicos, com menores índices de vulnerabilidade e maiores níveis de desenvolvimento humano. Essa relação demonstra que uma administração pública eficiente e intersetorial potencializa o caráter emancipatório do PBF, transformando-o em um instrumento de desenvolvimento humano e inclusão social.

Por outro lado, os municípios de Guaribas e Sebastião Barros, que apresentaram fragilidades na articulação entre assistência social, saúde e educação, registraram índices mais altos de vulnerabilidade e menores níveis de desenvolvimento humano. Essa constatação reforça que o alcance do PBF não depende apenas da transferência de renda, mas, sobretudo, da qualidade da gestão local e da capacidade de integrar políticas públicas complementares.

A opção metodológica pela soma dos índices IVCAD e IDHM mostrou-se uma ferramenta relevante para identificar os territórios com maior vulnerabilidade social, ao reunir dimensões distintas, porém interdependentes: a vulnerabilidade das famílias e o desenvolvimento humano municipal. Essa abordagem integrada permitiu compreender, de forma mais ampla, a realidade social dos municípios e direcionar estratégias mais precisas de intervenção governamental.

Entretanto, é importante reconhecer que os resultados apresentados estão sujeitos aos limites inerentes à pesquisa. Além da dependência de bases de dados secundárias, a abordagem exclusivamente quantitativa adotada, embora fundamental para mensurar vulnerabilidades e

níveis de desenvolvimento, não capta dimensões subjetivas e qualitativas da gestão local. Soma-se a isso a seleção de apenas cinco municípios, que, embora metodologicamente justificada pela análise de casos representativos, limita a generalização dos resultados.

Ainda assim, tais limitações não comprometem a relevância dos achados, mas apontam para oportunidades de aprofundamento. Os resultados reforçam a importância de fortalecer as capacidades institucionais nos municípios, promovendo capacitação técnica, monitoramento contínuo e integração entre as áreas de gestão social. Dessa forma, o Bolsa Família pode consolidar-se não apenas como um programa de alívio à pobreza, mas como uma política de transformação estrutural, capaz de gerar oportunidades de ascensão social e romper o ciclo de reprodução da pobreza.

Sendo assim, sugere-se que pesquisas futuras explorem abordagens mistas, incluindo entrevistas com gestores e beneficiários, a fim de compreender, com maior profundidade, as práticas de gestão local e seus efeitos na trajetória das famílias.

Por fim, recomenda-se o fortalecimento de políticas públicas que priorizem a integração intersetorial entre assistência social, saúde, educação e emprego, a criação de mecanismos de avaliação contínua da gestão municipal do PBF e o investimento em capacitação técnica das equipes locais. Além disso, é essencial incentivar a participação social e o controle comunitário sobre a execução do programa, garantindo maior transparência e corresponsabilidade na gestão. Tais medidas são fundamentais para que o Bolsa Família continue evoluindo de um instrumento de transferência de renda para uma política pública sustentável de promoção da equidade e do desenvolvimento humano nos territórios mais vulneráveis.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil. **Brasil reduz a extrema pobreza, segundo estudo do Banco Mundial**. Brasília: Casa Civil, 08 nov. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2022/novembro/brasil-reduz-a-extrema-pobreza-segundo-estudos-do-banco-mundial>. Acesso em: 11 set. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. **Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004**. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que institui o Programa Bolsa Família. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004**. Institui o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2004.

BRASIL. **Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023**. Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que dispõe sobre o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jun. 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2023/lei/L14601.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2023/lei/L14601.htm). Acesso em: 19 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). **Guia rápido de gestão – Programa Bolsa Família e Cadastro Único para Programas Sociais**. Brasília: MDS, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/noticias/2022/novembro/brasil-reduz-a-extrema-pobreza-segundo-estudos-do-banco-mundial>. Acesso em: 18 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Observatório do Cadastro Único**. Brasília, DF: MDS, [s.d.]. Disponível em: <https://paineis.mds.gov.br/public/extensions/observatorio-do-cadastro-unico/index.html>. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Relatório Completo do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, [s.d.]. Disponível em: <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/ri/pbfcad/relatorio-completo.html>. Acesso em: 18 out. 2025.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 31. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. p. 237-238.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Em 2023, massa de rendimentos e rendimento domiciliar per capita atingem recorde**. Agência de Notícias IBGE, 19 abr. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39809-em-2023-massa-de-rendimentos-e-rendimento-domiciliar-per-capita-atingem-recorde>. Acesso em: 11 set. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 8 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais 2023: análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/12/pobreza-e-extrema-pobreza-no-brasil-atingem-menores-niveis-de-serie-iniciada-em-2012.shtml>. Acesso em: 22 jul. 2025.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MOTTA, Ronaldo Seroa da; MOREIRA, Ajax. **Eficiência na Gestão Municipal no Brasil**. Brasília: IPEA, 2007.

SCALON, T. **Mobilidade social no Brasil**: padrões e tendências. São Paulo: Cortez, 1999.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da; SILVA, Maria Ozanira da. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferências de renda no Brasil. **Revista Katálisis**, v. 17, n. 2, 2014.

SOROKIN, Pitirim A. **Mobilidade social e cultural**. Boston: American Book Company, 1927.

UOL. **Brasil é o 8º país mais desigual do mundo, diz relatório internacional**. São Paulo: UOL Notícias, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/12/15/brasil-tem-a-8-pior-desigualdade-de-renda-e-supera-so-paises-africanos.htm>. Acesso em: 08 ago. 2025.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.